

# PDOT e desemprego

MÁRCIO GUIMARÃES

12 8 JAN 1996

No primeiro semestre deste ano o Governo deve apresentar à sociedade, abrindo discussões na Câmara Legislativa, o PDOT, Plano Diretor de Ocupação Territorial. O que veremos será o resultado de quase um ano de trabalho de técnicos e especialistas em zoneamento e ocupação urbana, administradores regionais, coordenados pelo Instituto de Planejamento do Distrito Federal.

Será muito importante nas futuras discussões, que se leve em conta dois aspectos fundamentais. O primeiro, que balize o futuro contemplando nossos recursos naturais e nossa possibilidade geográfica, definindo nossos quantitativos e demarcando limites daquilo que queremos ou até onde iremos. E o segundo, que nos permita, com os pés no chão e senso prático, um exame realista das nossas condições de vida, oportunidades e problemas sócio-econômicos.

O que precisamos é de perspectivas para o futuro, que já chegou. É preciso definirem-se metas para agora e para médio e longo prazos, considerando nossas altas taxas de crescimento populacional e das expansões urbanas neste exíguo quadrilátero que demarca o Distrito Federal com suas peculiaridades de solo e recursos hídricos sensíveis, tanto do ponto de vista geológico quanto ambiental.

Maior responsabilidade ainda vão exigir o exame e os questionamentos daquilo que realmente precisamos e queremos para o nosso desenvolvimento e qualidade de vida. Deve-se ter bem presente nas discussões sobre as vocações de ocupação territorial e urbanas de determinadas áreas, a trágica realidade das mais de 125 mil pessoas desempregadas.

Esta realidade deve nortear as discussões do Plano Diretor ou então teremos mais uma bela peça

acadêmica desconexa da sua verdadeira finalidade e inaplicável praticamente. Será preciso levar-se em conta a importância de acompanhar e até forçar o surgimento de políticas de investimentos no setor produtivo e, a partir disso, estabelecerem-se zoneamentos adequados para a instalação de empresas que tenham grande capacidade de gerações de empregos — não poluentes, obviamente —, mas levando-se em conta, prioritariamente, as regiões de maior densidade populacional, onde estão os maiores índices de mão-de-obra ociosa.

Não se podem praticar os erros do passado, da falta de planejamento adequado, de levantamentos e perspectivas equivocadas, da subestimação da capacidade de crescimento da Capital da República que, com políticas clientelistas ou não, será sempre um atrativo às migrações, principalmente pelo quadro atual das enormes dificuldades vividas pelo povo no interior do País.

Será preciso, sobretudo, estabelecer-se o que queremos. Para onde podemos ir. Já crescemos muito populacionalmente e expandimos quase tudo que podíamos expandir urbanisticamente. Só não crescemos economicamente, não criamos oportunidades ao tão decantado desenvolvimento auto-sustentado, que até hoje, na prática, não passa de um surrado chavão de retórica.

A oportunidade que se nos oferece a discussão do Plano Diretor para que se agregue a ela a urgente necessidade de orientá-lo para um dos aspectos mais importantes que é o da destinação de áreas vocacionadas ao cumprimento de políticas de apoio à produção e a consequente geração de empregos, é ímpar. Além do que, precisamos pensar o

entorno, transformá-lo de peso e ônus em possibilidade de desenvolvimento e oxigenação à nossa já sufocada periferia.

O Plano Diretor como um trabalho de profundidade abrangência e interdisciplinar, pela gama de vetores que concorrem para a sua elaboração e tendo em vista a complexidade do universo de objetivos que pretende alcançar, deve pautar-se, evidentemente, em metas e programas que venham atender a todo o conjunto dos problemas que nos reserva o futuro. E aí deve ter extremo respeito às prioridades eleitas pela sociedade. Não há hoje no DF uma família que não esteja preocupada com o futuro dos seus filhos diante da realidade que está à sua porta, que é a da falta de oportunidade de trabalho que já atingiu o próprio pai, a mãe, enfim, aqueles que já estavam no mercado de trabalho e foram excluídos dele pela concorrência desigual de uma mão-de-obra ociosa numerosa e poucos empregadores.

Não temos para os nossos jovens, aptos a ingressarem no mercado de trabalho, que representam mais de 60% da mão-de-obra desempregada, oportunidades, nem de sobrevivência, quanto mais de desenvolvimento pessoal com dignidade. O que temos, sim, é o paradoxo de uma alta demanda de consumo e pouquíssimos meios de produção, o que significa que, com nossa vasta mão-de-obra disponível, somos grandes importadores de quase tudo que se imaginar, porque na ponta da cadeia produtiva está essa nossa alta capacidade de consumo. E aí, falta um elo nesta cadeia, exatamente o da produção. Com a palavra o Governo do Distrito Federal.

■ Márcio Guimarães é presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga

JORNAL DE BRASÍLIA